

Saberes tradicionais e plantas medicinais na promoção, prevenção e cura de doenças e a Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos¹

Carlos André dos Santos *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0003-6296-0197>

Alexandre António Timbane**

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

RESUMO

O conhecimento científico não se encontra nas universidades apenas. Existem outros espaços sociais em que o conhecimento científico se observa, mesmo sem uso do método científico previsto nos manuais universitários. O presente estudo tem como objetivo investigar a presença dos saberes tradicionais e das plantas medicinais no processo de promoção, prevenção e cura de doenças e conhecer a política pública brasileira sobre plantas medicinais e fitoterápicos. Esse estudo se constitui de abordagem qualitativa e natureza descritiva e analítica, sendo desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, realizadas em repositórios eletrônicos, com complemento de observação empírica. A análise fundamenta-se na interpretação das fontes consultadas, sem recorte temporal. Os achados indicam que os conhecimentos e o uso de plantas tradicionais são conhecimentos milenares aplicados em tratamentos de doenças pela medicina tradicional e popular, bem como as políticas públicas implantadas nas últimas décadas fortalecem o reconhecimento dos conhecimentos populares e da eficácia das espécies medicinais no cuidado com a saúde. Porém, indicam a necessidade de formação qualificada dos profissionais de saúde para orientar e prescrever as medicações, atendendo às necessidades individuais de cada usuário do Sistema Único de Saúde-SUS.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa Multidisciplinar; Saberes Populares; Plantas Medicinais

¹ O presente texto foi redigido como requisito para a conclusão da disciplina “Cultura, Memória e Tradições”, ofertada pelo Curso de Mestrado em Estudos Africanos e Representações da África, 1º semestre 2026.

* Mestrando em Estudos Africanos e Representações da África, pela Universidade do Estado da Bahia, possui licenciatura em Geografia e Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia e Técnico em Vigilância em Saúde com Ênfase no Combate às Endemias, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carlosandre82@hotmail.com

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Mestre em Linguística Africana, Licenciado em ensino da Língua francesa. Docente do Programa de mestrado em Estudos Africanos e representações da África. E-mail: alexandretimbane@uneb.br

Connaissances traditionnelles et plantes médicinales dans la promotion, la prévention et le traitement des maladies et la politique nationale relative aux plantes médicinales et à la phytothérapie

RÉSUMÉ

Le savoir scientifique ne se limite pas aux universités. Il existe d'autres espaces sociaux où il s'exprime, même sans recourir à la méthode scientifique enseignée dans les manuels universitaires. Cette étude vise à explorer la présence des savoirs traditionnels et des plantes médicinales dans la promotion, la prévention et le traitement des maladies, et à comprendre les politiques publiques brésiliennes relatives aux plantes médicinales et aux produits phytothérapeutiques. Adoptant une approche qualitative, descriptive et analytique, cette étude s'appuie sur une recherche bibliographique et documentaire menée dans des bases de données électroniques, complétée par une observation empirique. L'analyse repose sur l'interprétation des sources consultées, sans limitation temporelle. Les résultats indiquent que la connaissance et l'usage des plantes traditionnelles constituent un savoir millénaire appliqué au traitement des maladies par la médecine traditionnelle et populaire, et que les politiques publiques mises en œuvre ces dernières décennies renforcent la reconnaissance de ces savoirs et de l'efficacité des espèces médicinales dans les soins de santé. Ils soulignent toutefois la nécessité d'une formation qualifiée des professionnels de santé afin qu'ils puissent orienter et prescrire les médicaments en fonction des besoins individuels de chaque usager du Système unifié de santé (SUS).

MOTS-CLÉS

Recherche Multidisciplinaire; Savoirs Populaires Plantes Médicinales



Introdução

A natureza é a grande fonte de vida de todos os animais, pois oferece alimentos e remédios para a cura. É na floresta (farmácia natural) que se encontram plantas que podem prevenir e curar doenças. Hoje em dia, cientistas têm abandonado os laboratórios das universidades para se aproximar à natureza a fim de buscar soluções ou limitações. Por isso, a proteção das florestas é fundamental para a sobrevivência dos homens na terra. O Brasil é considerado o território mais rico em biodiversidade no mundo (Monteiro Vitorello & Mendes, 2023), o que nos leva a assegurar a existência de milhares de plantas que podem ser úteis para a saúde humana.

Os remédios caseiros, como são popularmente conhecidos, são produzidos à base em plantas medicinais. Trata-se de uma forma de cuidado com a saúde antiga que deve ser administrada com segurança, de modo a não causar danos ao usuário. Algumas plantas têm o teor venenoso mais forte que outras, daí ser importante respeitar a bula que a natureza apresenta. Por se

tratar de medicação, há plantas que podem provocar efeitos adversos. Essa é a orientação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Os estudos sobre as propriedades medicinais das plantas não são recentes e já há evidências da preocupação com a preservação dessas plantas. Atualmente, observa-se o interesse pelo estudo das plantas e pode-se citar exemplos de Lorenzi e Matos (2008), Benjamim e Favoreto (2012), Hoffmann (2017), Bandeira (2011) entre outros. Os conhecimentos sobre os efeitos positivos para a saúde por meio do uso de plantas existem há milênios, que se deram por intermédio da experiência empírica de pessoas que dominam a técnica de se relacionar com a natureza em um sistema de cooperação e cuidado.

No Brasil, essas práticas de cura e modos próprios de partilha de saberes estão relacionados, majoritariamente, aos povos tradicionais, que mantêm preservadas tradições aprendidas por meio da observação, da experimentação e do respeito às florestas, às águas e ao ar. Trata-se de conhecimentos que, ao longo de milhares de anos de existência e aprimoramento não necessitaram de validação científica para atestar sua eficácia e segurança. A obra de Monteiro Vitorello & Mendes (2023, p.9), por exemplo busca



Esclarecer quem deve prescrever esses produtos, abordar aspectos relacionados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade brasileira, e destacar os riscos associados ao uso indiscriminado, que aparentemente pode parecer inofensivo, mas que pode levar a sérios problemas, incluindo a morte de pessoas.

Contudo, atualmente, as plantas medicinais comercializadas em estabelecimentos especializados, como drogarias, devem seguir os mesmos trâmites de regularização e controle previstos nas normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em conformidade como os demais medicamentos.

A medicina das sementes, das ervas, das folhas, dos frutos e das cascas existe há milênios e foi, e continua sendo, um dos meios aos quais muitas pessoas recorrem para o cuidado com a saúde. No Brasil, homens e mulheres que dominam as técnicas de cura por meio das plantas são, em alguns casos, conhecidos como curandeiros ou feiticheiros. Esses realizam infusões, praticam a medicina espiritual e são conhecedores da medicina tradicional. Conhecimentos e segredos herdados de seus antepassados. A medicina

tradicional é uma prática de cuidado à saúde à qual milhares de pessoas recorrem para tratar doenças como gripe, queimaduras, problemas respiratórios, entre outras.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) representou um avanço para a sociedade brasileira ao regulamentar um setor em expansão no cuidado com a saúde. Entretanto, pesquisas indicam baixo interesse por parte dos profissionais de saúde quanto ao conhecimento, à prescrição e ao acompanhamento da utilização de plantas medicinais e fitoterápicos. Esse cenário impacta a oferta de tratamentos alternativos com eficácia reconhecida tanto pelos conhecimentos tradicionais quanto pela comunidade científica, bem como contribui para colocar em risco de desaparecimento a diversidade de saberes presentes na tradição oral sobre práticas de cuidado e promoção da saúde, favorecendo a hegemonia da medicinal ocidental.

Metodologia

Este estudo se constitui de abordagem qualitativa e natureza descritiva e analítica, foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental realizadas em repositórios eletrônicos, com complemento de observação empírica. A análise fundamenta-se na interpretação das fontes consultadas, sem recorte temporal.

As buscas de estudos produzidos no Brasil foram realizadas em repositórios nacionais de instituições acadêmicas e Institutos de Pesquisas vinculado ao Governo Federal, por meio das seguintes palavras-chave: cura por meio de plantas medicinais; política nacional sobre medicina tradicional; saberes tradicionais na promoção, prevenção e cura de doenças.

Foram incluídos artigos que abordam sobre os saberes tradicionais, a segurança do uso de medicação e fitoterápica e as políticas nacionais de saúde relacionadas a medicina tradicional. E excluídos, artigos que se distanciavam do objetivo do estudo, como os direcionados para o sistema de cultivo e doenças crônicas.

Neste estudo, compreendem-se como espécies medicinais, as sementes, ervas, folhas e frutos, utilizados pela cultura popular, com séculos de comprovação empírica ou científica, que se constituem em um dos meios de acesso a promoção de saúde, à prevenção e à cura de doenças.

Os povos afro-indígenas: modos de ser, agir e pensar

Os povos e comunidades tradicionais devem ser compreendidos pelos não pertencentes a esses grupos a partir de suas especificidades históricas e de suas dinâmicas internas. Visões preconceituosas revelam o desconhecimento acerca do modo de vida desses povos. Deve-se compreender que as comunidades não são homogêneas em costumes e tradições, pelo contrário são dotados de singularidades locais que apresentam diferentes formas de organização social.

Existem comunidades que estão isoladas da denominada “civilização”, como ocorre, no Brasil, com alguns povos indígenas isolados. Cujo modo de vida está estritamente conectada com a floresta, há outros povos que mantem o estilo de vida mais integrado com o cotidiano urbano. Isso revela que uma comunidade tradicional não perde sua construção indenitária ao incorporar em suas vivências tecnologias e outros elementos considerados modernos, tal como debate Eckert (2010) no capítulo “Memória Coletiva e Identidade Narrativa”.

Cada povo deve ser compreendido a partir de suas próprias descrições e construções social e histórica. Não se pode atribuir a um povo uma identidade universal, assim como ocorre, em muitos discursos ocidental que reduz o continente africano uma representação homogênea, universal e determinista. O continente africano tem 54 países e mais de duas mil línguas (Lima, 2018). Estamos diante de duas mil maneiras distintas de representar e se relacionar com o cotidiano constituída de características diversas que os tornam únicos.

Os povos africanos que chegaram ao Brasil pelo processo de escravização e os povos indígenas que são povos autóctones sempre tiveram o domínio das plantas para o uso próprio, especialmente na saúde. Cada folha, cada raiz, cada semente, cada caule têm um poder de resolver problemas de resolver enfermidades (Santos, Macedo e Balde, 2024). Esse conhecimento sempre foi passado de geração em geração por meio da oralidade. O conhecimento que sempre foi chamado de “popular” sempre teve muito de científico. Só depende de quem quer enxergar esse conhecimento como tal. A universidade não é o único lugar de obtenção do conhecimento. Os terreiros, as comunidades quilombolas, as ocas e malocas são espaços ricos de

circulação de informação sanitárias e de medicina que sempre apoiou a sobrevivência de povos e etnias.

Naturalmente as populações tradicionais não veem a natureza como um mero recurso, mas sim como parte integrante de sua existência (Santos, 2023), que lhes oferece o que é necessário para viver. A terra não é compreendida como propriedade de uma única pessoa e ou de pequenos grupos, algo que deva ser comercializado; o território é de todos, e o uso é coletivo. O modo de vida está relacionado com o território. O rio, as plantas, a terra tem um significado de pertencimento afetivo e sagrado.

O povo indígena Wajãpi, que vive no estado do Amapá, Região Norte do Brasil, nos ensina que “os humanos não são donos da diversidade existente na terra. As diferentes espécies animais, as árvores, as plantas da roça têm seus respectivos donos (-jarã). Assim, jane jarã é o dono da humanidade, yy jarã é o dono das águas, mijarã jarã é o dono da caça, e assim por diante” (Gallois, 2006, p. 40).

Nessa mesma perspectiva, os conhecimentos que socializam ocorrem, majoritariamente, por meio de narrativas orais, saberes imbricados à visão de mundo de cada povo. Os povos de  saberes tradicionais têm uma cosmovisão sobre seu universo que deve ser respeitada e valorizada. Suas habilidades e conhecimentos devem ser reconhecidas como forma legítima de produção científica, pois são maneiras relevantes de produção de conhecimento que foram aprimoradas por experiências e práticas aperfeiçoadas por gerações.

Quando os pesquisadores se dirigem às comunidades tradicionais a fim de realizar levantamento de dados, a intenção é aprender com os saberes dos povos que ali vivem. A fala dos informantes são formas legítimas de se comunicar e transmitir os conhecimentos herdados dos ancestrais (Vansina, 2010). A exemplo do que vivenciamos, em uma certa ocasião, quando uma líder comunitária do Baixo Sul da Bahia, Brasil disse-nos sobre o valor curativo das ervas:

A erva é medicinal quando vai para os laboratórios passa pelo um bocado de processo. Aí eu sou mais de usar minhas ervas, sem ir para lá, porque os comprimidos que você usa, que injeta para dentro da gente, ele saiu daqui, da nossa natureza, e quando chegar lá eles botam outros produtos que prejudica a nossa saúde, e aqui é natural. Tem um pessoal que veio olhar as ervas aqui, para levar para fazer esses trabalhos, fazer remédio.

Esse relato não só revela o olhar crítico da líder comunitária sobre a produção e validação do conhecimento, como também destaca seu aprendizado sobre o valor medicinal das práticas curativas. Trata-se de uma guardiã de um patrimônio imaterial construído e socializado por seus ancestrais; a informante preserva em sua memória eventos significativos que vivenciou e aprendeu e foram significativos durante sua trajetória individual e coletiva.

A memória é o baú onde está guardado o conhecimento construído de nossos ancestrais. Não só porque ouvi de minha mãe que ouviu de minha avó, que ouviu de minha tataravó, mas, também porque repito de diferentes formas esse conhecimento, porque compartilho de diferentes formas e ele se enraíza nos viveres dos meus (Leal, 2011, p. 6).

As histórias que os griôs narram são memórias que atravessam o tempo, formas de vida do passado e que são transmitidas às novas gerações por meio da oralidade e da memória. A fala é uma das formas mais antigas de comunicação, de transmissão e preservação de experiências, como descreve (Leal, 2011, p. 6) “a memória é o fio condutor que a cultura é transportada pelo tempo, é ela que nos permite a consciência de estarmos no presente e de já termos vivido um antes”.

De modo semelhante, os conhecimentos sobre a floresta e às plantas medicinais são incorporados às cerimônias e práticas tradicionais das comunidades indígenas, afro-brasileira e africanas. Em sociedades indígenas, os pajés, reconhecidos pela comunidade como líderes espirituais, são conhecedores sobre a medicina tradicional e a história de seu povo, de forma que desempenha a função de transmissão dos conhecimentos às novas gerações. Por meio dos ensinamentos os jovens aprendem a cuidar de si e da comunidade e reconhecem que a natureza é fonte de vida material e espiritual fundamental para o bem-estar coletivo.

As plantas são compreendidas como significados espirituais e dialogam com entidades invisíveis e com os vivos. As plantas falam, dão sinais protegem e não é por acaso na Filosofia Ubuntu (Malomalo, 2014) se discute os valores civilizatórios das ações afirmativas. Nessa perspectiva, o professor Paulo Granjo, na obra “o cheiro do sangue de ovelha” (Granjo, 2024) explica que as tradições são fundamentais para a existência humana e nelas os conhecimentos fluem e se consolidam dando poder e sustentação. Por isso

que os povos indígenas, afro-brasileiros e africanos valorizam e protegem a floresta e agradecem aos seres sobrenaturais pelas graças recebidas e, como sinal de consideração e respeito, recorrem aos cânticos e rezas para homenagear as entidades espirituais, em reconhecimento as curas e a proteção (Gallois, 2006).

De acordo com o Hountondji (2009) e Matos Senna (2011) a transmissão oral de conhecimentos seculares é um dos importantes patrimônios da cultura imaterial de origem africana, mas também indígena. Por isso mesmo, muitas fábulas, mitos, lendas, e provérbios de matriz africana e afro-brasileira abordam elementos como a origem da vida; os fenômenos naturais; os animais; as plantas; as relações entre formas vivas e não vivas; a saúde; a produção de alimentos. Nessa perspectiva, a cura (boa ou má), o feitiço, a benção se baseiam em plantas, pois elas possuem um poder sobrenatural.

Os conhecimentos tradicionais e populares sobre plantas medicinais

O Brasil possui uma grande diversidade botânica. As plantas e ervas são empregadas na medicina popular para a promoção, a prevenção, o alívio e a cura de doenças. Nos quintais de muitas residências brasileiras é possível encontrar farmácias vivas², onde se cultivam plantas medicinais empregadas em práticas curativas. De acordo com (Souza, 2026) compreende-se por plantas medicinais espécies identificadas que tem propriedade para prevenção, promoção e tratamento de problemas de saúde, utilizadas pela cultura popular através de chás, infusões, maceração, xarope, pomada, inalação, óleos medicinais, pó vegetal, podendo servir para fabricação de medicação comercializadas em repartições especializadas.

O Brasil se destaca como um dos principais países na produção de conhecimentos científicos sobre os valores medicinais das plantas. Entre os países que se sobressaem mundialmente ficamos atrás somente da China e Índia (Vitorello, 2023). Esse pioneirismo indica a relação com fatores históricos como a diversidade de saberes tradicionais na ingestão espécies curativas pelas comunidades tradicionais, a riqueza de biodiversidade brasileira e os interesses econômicos da indústria farmacêutica. De acordo com dados

² É uma política de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde Brasileiro –SUS. Nesse contexto estamos empregando esse conceito para se referir a plantas medicinais encontradas *innatura* nas matas.

Carlos A. dos Santos Alexandre A. Timbane, Saberes tradicionais e plantas medicinais
coletados pela Anvisa, aproximadamente 40% dos medicamentos atualmente disponíveis para consumo no mercado brasileiro foram desenvolvidos a partir de origem naturais³.

No Brasil, tomar remédio provenientes das plantas é uma herança dos povos indígenas e africanos com contribuições de outros povos, conhecedores do valor curativo das plantas (Macedo *et al.*, 2026). No Brasil há uma diversidade de povos. Nesse sentido, não há uma única forma de se referir aos significados e às formas de curar por meio de plantas. Essa tradição está relacionada às práticas curativas espirituais, à relação com a natureza e à ancestralidade. Comumente, para os povos tradicionais, as plantas não são compreendidas como algo que deve ser consumido; trata-se de práticas que envolvem rezas, cantos, banhos e orientações dos líderes da comunidade. Os povos indígenas, em ocorrência de adoecimento de um parente, recorrem-se à medicina espiritual (reza) e à ingestão de sementes, ervas, folhas, frutos e cascas, comumente em forma de chá, para curar o doente. Trata-se de conhecimentos seculares, socializados por meio da história oral. Testemunho transmitido por meio de orientação verbal partilhada de uma geração para outra (Vansina, 2010).



Os guardiões da memória tradicional avaliam o quadro de adoecimento, prescrevem e realizam o cuidado adequado. São conhecimentos aprimorados ao longo de milhares de anos. Há evidências científicas que confirmam que há cerca de 60.000 anos, homens e mulheres já utilizavam sementes, ervas, folhas, frutos e cascas de forma curativa. Os achados científicos indicam que as propriedades medicinais das plantas não são de conhecimento recente (Kito; Lacerda, 2023).

Constatações científicas indicam que o Papiro de Ebers é um dos primeiros registros sobre práticas curativas à base de plantas, datado de 1.500 anos a.C.^{3,6}. Esse documento descreve um conjunto de remédios de uso corrente na época, bem como as recomendações de uso. Já os primeiros registros escritos sobre plantas medicinais data de há 5.000 em países como a China, Índia e no Egito e em menor tempo na Grécia e Ásia Central (Kito; Lacerda, 2023, p. 26).

Plantas com propriedades curativas vêm tendo sua eficácia e segurança comprovadas pela ciência. Em virtude da relevância social, econômica e

³ Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2022)

científica da medicina tradicional, o Brasil possui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Essa política não apenas reconhece a importância da preservação e valorização dos saberes populares, como concomitantemente o valor social da medicina tradicional nos cuidados com a saúde, prioritariamente para às pessoas que têm a floresta como meio de acesso ao cuidado a baixo custo ou sem custos financeiros.

Toda medicação deve ser prescrita, ingerida e acompanhada por pessoas que possuem notório saber em práticas curativas, pois, além de recomendarem o uso adequado à doença específica de cada pessoa, em caso de efeitos adversos saberão adotar as medidas reparadoras necessárias. Bem como identificar as contraindicações para pessoas predispostas ao agravamento de doenças preexistentes.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA adverte que as plantas medicinais e filantrópicas⁴ possuem substância que previnem e curam doenças, mas seu uso deve ser administrado com cuidado. Pessoas idosas, gestantes, lactantes e/ou com problemas cardiovasculares podem ter agravos à saúde ao associarem o uso de medicamentos convencionais com plantas medicinais, podendo ocorrer interações prejudiciais à saúde do usuário (Pedroso; Andrade; Pires, 2021; Macedo *et al.*, 2026).

Em algumas situações, por não perceberem riscos à saúde decorrentes da ingestão de plantas medicinais, o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) nem sempre informam à equipe de saúde sobre a associação medicamentosa, situação que coloca a saúde e a própria vida em risco.

Além dos riscos referentes a efeitos colaterais ou tóxicos das plantas medicinais, o uso concomitante com os alopáticos pode provocar interações que interferem tanto na quantidade de princípios ativos no organismo (absorção, metabolismo e eliminação) quanto no sítio em que atua o medicamento, podendo ter ação agonista ou antagonista (Macedo, *et al.*, 2026, p. 9).

Os saberes populares são relevantes nos cuidados com a saúde e devem ser aliados da ciência na promoção, prevenção e cura de quadros de adoecimento. As medicações devem ser ofertadas com segurança e com acesso facilitado, prioritariamente, a quem mais precisa. Até porque o texto constitucional de 1988, no art. 196, assegura que a saúde é um direito de

⁴ Fitoterápicos são medicações cujo preparo utiliza apenas substâncias vegetais, ou seja, matéria prima exclusiva de plantas medicinais.

todos, que deve ser disponibilizado com integralidade, universalidade e equidade, sem distinção no acesso e no cuidado aos serviços de saúde fornecidos pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

A política de integralidade, universalidade e equidade podem ser pensadas de forma a disponibilizar serviços que sejam representativos da diversidade de povos e costumes constitutivos da sociedade brasileira, respeitando as condicionalidades das tradições de cada povo, bem como reconhecendo a relevância social e histórica de práticas curativas que, há milhares de anos, salvam vidas, além do direito e do respeito à diversidade cultural.

É de notório reconhecimento pela sociedade brasileira que o SUS é uma política de cuidado extremamente importante por democratizar o acesso e ofertar serviços acessíveis a população. Porém, em um país como o Brasil, marcado por múltiplas condicionalidades socioeconômicas e regionais, o sistema público de saúde ainda não opera de forma a salvaguardar o acesso ao tratamento e cuidados em condições ideais para todas as pessoas.

Saúde não é só ausência de doença; está relacionada a condicionalidades como o acesso à alimentação com nutrição adequada, ao lazer, à expectativa de vida, à educação, ao direito de viver nos territórios e à redução das desigualdades sociais. As condições sociais onde as pessoas vivem, trabalham e se relacionam influenciam diretamente seu processo de saúde e/ou adoecimento (Buss; Pellegrini Filho, 2007). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a pessoa que não apresenta condições físicas, mentais e sociais adequadas encontra-se em quadro de adoecimento.

No quadro abaixo é apresentado algumas espécies de plantas medicinais e indicações do modo de uso.

Quadro 01-Plantas e frutos medicinais, usos populares e modo de prepara de acordo com conhecimentos populares.

Espécie - partes utilizadas	Usos populares	Modo de preparo
Arruda- (Folha)	Banhos para afastar a inveja, enxaquecas, dor de cabeça e cólica.	Ferver a água, adicionar as folhas e deixar em infusão.
		Pegue folhas de boldo, junte com folhas de chá-de-boi em

Boldo- (folha)	Indicada para má digestão e dor-de-barriga	um recipiente com água, leve até o fogo e deixe ferver. Depois da fervura, quando atingir uma cor amarelada, retire do fogo, deixe descansar, esfriar e beber.
Cajueiro- (cascas, folhas, fruto)	Utilizado para anemia, inflamação e tosse.	Pegar um caju ou quantos desejar, doce ou azedo, cortar em partes, espremer em um recipiente, colocar açúcar e beber.
Capim-Santo (folha)	O chá é indicado para dor de cabeça, calmante e diabetes.	Serve em forma de chá.
Graviola- (folha, casca)	Indicado para emagrecer e fortalecer o sangue, dor nos ossos e dor-de-cabeça.	Para emagrecer, faz o chá da folha. Para dores, faz o chá da casca- quando frio, beber.

Fonte: elaboração do auto com base em Menezes e Fonteles Filho, 2011.

Esse pequeno quadro é representativo da diversidade de sementes, ervas, folhas, frutos e plantas utilizadas pela medicina tradicional brasileira. Essas têm efeitos calmamente, digestivos e outros benefícios a saúde. No Brasil são comercializadas em redes especializadas e adquirida livremente por qualquer pessoa o Capim Cidreira (*Cymbopogon citratus Stapf*), popularmente, no Brasil, conhecida como capim santo, erva cidreira ou capim limão. Outros largamente consumidas são a Camomila (*Matricaria chamomilla* L.), a Hortelã (*Mentha spicata*), o **Boldo** (*Plectranthus barbatus*), o **Gengibre** (*Zingiber officinale* Roscoe) e muitos outros⁵.

As variedades a finalidades de aplicação a saúde por meio das sementes, ervas, folhas, frutos e cascas são diversas. De forma que os consumidores desse tipo de produto são conhecedores dos benefícios das espécies vegetais medicinais para o cuidado com a saúde. Aprende-se, ainda jovem, nos primeiros cuidados a importância das práticas curativas tradicionais. Seja para cuidar de dores estomacais, popularmente conhecida como dor de barriga,

⁵ De acordo com a ANVISA, o chá medicinal comercializado em redes especializadas deve seguir a regularização como medicamento previsto na legislação brasileira.

vômitos, febre, dor de ouvido, diarreia, desnutrição, mal olhado e até mesmo nos cuidados com as espécies de animais domésticos⁶.

Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)

O Governo brasileiro implantou, em 22 de junho de 2006, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, por meio do decreto de nº. 5.813. A aprovação da referida lei tem como objetivo garantir a população brasileira o acesso seguro e racional as plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, do desenvolvimento da rede produtiva e da indústria nacional. Entre as medidas previstas estão inseridas o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção e fortalecimento das práticas populares e tradicionais no uso de plantas medicinais e remédios caseiros, o desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e inovações, a promoção do uso sustentável da biodiversidade⁷.

Essa política de estado visa assegurar a qualidade e acesso a medicamentos à base de plantas, regulando um segmento importante para a preservação da biodiversidade, das práticas de cuidado tradicional e do direito da sociedade a orientação sobre conservação, uso seguro e prescrição das medicações. Bem como, a segurança para que a sociedade adquira nas redes especializadas medicações com segurança atestada e com informações padronizadas indicando a forma correta de uso dos produtos.

O acesso a práticas alternativas no tratamento e cuidado no sistema único de saúde possibilita que as pessoas de diferentes crenças e tradições a possibilidade de escolher democraticamente o tratamento que melhor se ajusta com a forma de se relacionar com o cuidado com a saúde. Porém a equipe de saúde precisa está preparada para implementar com eficiência essa política.

Para a saúde pública, conhecer o potencial do uso das plantas medicinais na comunidade proporciona aos gestores informações que subsidiam seu desenvolvimento, com inserção de ações no planejamento em saúde que sejam realmente capazes de produzir impacto nas práticas sociais de atenção à saúde. A

⁶ Os sintomas de doenças e as plantas tem nomes populares as quais são conhecidas regionalmente, mas também tem nomes oficiais que são conhecidos mundialmente.

⁷ **Brasil.** Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006.

discussão sobre essa política deve ser realizada nos conselhos de saúde e em outras instâncias do poder público (Macedo, et al., 2026, p. 9).

De acordo com (Varela e Azevedo, 2014) em dados coletados, ao investigar o conhecimento e o emprego de fitoterápicos por médicos na estratégia da saúde da família de Caicó, no Rio Grande do Norte, identificaram que 22% da equipe medica possui algum tipo de formação no segmento de plantas medicinais e fitoterápicos, enquanto um quantitativo reduzido de 22% cursou componente curricular nesse segmento da graduação. Esse é um diagnóstico preocupante, porque se a equipe de saúde não tiver formação adequada, os resultados na prescrição dos fitoterápicos, bem como a oferta de informação qualificada aos usuários ficarão prejudicadas⁸.

Práticas de cuidado com a saúde utilizando procedimentos alternativos ao convencional tem crescido no país, principalmente no que se refere à fitoterapia e plantas com efeitos medicinais (Varela e Azevedo, 2014). Esse comportamento da sociedade exige profissionais qualificados para lidar com essa demanda. De forma a mitigar que usuários sejam intoxicados, que ocorra interação com outros medicamentos e que sejam informados adequadamente sobre efeitos adversos, dentre outras medidas.

Em pesquisa mais recente, (Silva e Feitosa, 2018) identificaram baixo interesse da equipe medica e de outros profissionais de saúde no conhecimento e prescrição de medicações produzidos a partir de compostos naturais, o que ocasiona por parte dos usuários concepções equivocadas relativas a eficácia e segurança desses produtos. Esse baixo interesse dos profissionais pode acarretar no esvaziamento de uma política pública importante para o fortalecimento do SUS e da preservação das práticas curativas tradicionais.

Há evidente desencontro entre a proposta da política e a operacionalização. Situação que poderá ser amenizada com formação qualificada dos profissionais de saúde, de forma a conhecer com mais profundidade as indicações, efeitos e relevância social e científica dos cuidados com a saúde adotando práticas de promoção, prevenção e cura por meio de medicações com compostos medicinais naturais.

⁸ Esse diagnóstico é local não representando a totalidade do país, pois em outras regiões os resultados podem ser diferentes.

Neste sentido faz-se necessário que as diretrizes previstas na PNPMF sejam garantidas por meio de outras políticas públicas que assegurem o acesso da população as informações, em linguagem acessível, e ao acesso às medicações à base de espécies medicinais, de forma a garantir a assistência com eficiência, qualidade e respeito a pluralidade cultural dos usuários.

Algumas considerações

A evolução do conhecimento das plantas medicinais impulsionou seu uso nos tratamentos das doenças, de forma que o fato foi substituindo o empirismo. A etnobotânica é a pesquisa científica das relações entre as pessoas e as plantas. Compreende como os seres humanos utilizam plantas nas mais diferentes esferas, como alimentação, cura, arte, construção, rituais, entre outros aspectos da vida humana. Plantas medicinais são aquelas que contêm compostos com propriedades terapêuticas e que podem ser utilizadas para aliviar sintomas e tratar algumas condições de saúde. Seu uso se dá, principalmente, baseado no conhecimento tradicional, envolvendo a preparação de chás, infusões, tintura e até mesmo consumo in natura da planta.



Os resultados analisados indicam que as plantas medicinais são importantes para a promoção da saúde de milhares de pessoas que desenvolveram conhecimentos variados sobre espécies curativas. Seja em formato de chá, pomada ou outras aplicações de substâncias de origem vegetal, esse é um meio de acesso que, há milênios, é utilizado para a cura de doenças. Contudo, se o consumo for inadequado, há que se considerar os riscos à saúde, podendo levar o usuário à morte.

Identificamos, nos dados coletados, que as políticas públicas de cuidado à saúde, por meio da PNPMF, têm atuado como importante promotor para preservar a integridade física dos usuários, bem como fortalecer e reconhecer a relevância social dos saberes tradicionais e populares e ofertar meios alternativos de cuidado às pessoas que, democraticamente, desejam realizar tratamento e cuidado por meio da medicina alternativa.

Contudo, identificamos a existência limitada de publicações recentes sobre a implantação da PNPMF, bem como de estudos diagnósticos e acompanhamento dessa política por parte dos setores responsáveis, além da

baixa capacitação dos profissionais de saúde para atuar na oferta de iniciativas locais que possibilitem discutir com a comunidade as possibilidades e os riscos à saúde nos tratamentos alternativos, bem como ofertar um serviço qualificado para todas as pessoas.

Estamos diante do desafio que é ofertar capacitação técnica aos profissionais de saúde e analisar os resultados alcançados pela PNPMF desde sua implantação, para que as experiências exitosas, principalmente nos territórios em que a implementação ocorreu com eficácia, possam servir de referência para os demais municípios.

Essa política pode fortalecer o vínculo da comunidade com o sistema de saúde pública, de forma a valorizar os saberes populares, garantir qualidade de vida à população e incentivar os jovens a não abandonarem suas práticas culturais em favorecimento de outras que não dialogam com suas vivências. Pode, ainda, constituir-se como uma política de cuidado inserida no currículo escolar formal, nos termos previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



Referências

- BANDEIRA, J.M et al. Composição do óleo essencial de quatro espécies do gênero *Plectranthus*. *Rev. bras. plantas med.*, Botucatu, v. 13, n. 2, 2011.
- BENJAMIN, G.; FAVORETO, R. *Cordia verbenaceae* DC *Boraginaceae*. *Revista Fitos*, v. 7, n.1, p. 17- 25., jan./mar. 2012.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). *Orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais*. Brasília, DF: Anvisa, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf/view>. Acesso em: 6 ago. 2026.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2026.
- BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. *Diário Oficial da*

União: seção 1, Brasília, DF, 23 jun. 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm.

Acesso em: 6 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.

Acesso em: 6 ago. 2026.

BUSS, P. M; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2026.

DI SOUZA, A. B. Q. Plantas medicinais, fitoterapia e fitoterápicos: você conhece os termos? In: PEDROSO, R. dos S.; ANDRADE, G; PIRES, R. H. *Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional*. Rio de Janeiro:

Atheneu, 2021.



ECKERT, C. Memória Coletiva e Identidade Narrativa. In: FERREIRA, M. L. M.; FERREIRA, F.M. (Org.). *Memória, patrimônio e tradição*. Pelotas: Editora e Gráfica, Universitária - UFPel, 2010.p.169-196.

GALLOIS, D. T (org.). *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará*. São Paulo: Iepé, 2006.

GIACOMAZZI, SANTOS, G. dos; MACEDO, J. R.; BALDE, S. *Sociedades Africanas: religiosidades, identidades e conexões globais* [recurso eletrônico]. Recife: EDUPE, 2024.

GRANJO, P. *O Cheiro do Sangue de Ovelha*. Lisboa: Tinta-da-china, Lda, 2024.

HOFFMANN, D. *O guia completo das plantas medicinais: ervas de A a Z para tratar doenças, restabelecer a saúde e o bem-estar*. São Paulo: Cultrix, 2017.

HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: Duas Perspectivas Sobre os Estudos Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M.P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p.119-131.

KITO, F. T.; LACERDA, K. da S. Histórico das plantas medicinais. In: VITORELLO, C. B. M. (org.). *Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência*. Piracicaba,

SP: Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1102>.

Acesso em: 1 ago. 2026.

LEAL, A. *Cultura e Memória: percepções das lembranças re-existent no tempo*. Geo UERJ, Rio de Janeiro, ano 13, nº. 22, v. 2, 2º sem. de 2011 p. 350-361 - ISSN 1981-9021.

LIMA, I. M. de F. *Representações da África no Brasil: Novas Interpretações*.

Recife: Editora Bagaço, 2018.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*.

2.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

MACEDO, S. B. de; MURTA, N. M. G; REZENDE, E. G; CAMBRAIA, R. P.

Conhecimento popular sobre plantas medicinais em município do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 50, n. esp. 2, 2026. Disponível em:

<https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/10585>. Acesso em: 01 ago. 2026.

MALOMALO, B. *Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2014.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Revista Historiæ*. Rio Grande, Vol.2, n.1, p.95-108, 2011.

MENEZES, A. L. T. de; FONTELES FILHO, J. M. *Plantas medicinais indígenas: usos, saberes, sentidos*. Fortaleza: IPECE, 2011. Disponível em:

https://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/salvuardas/PLANTAS_MEDICINAIS_INDIGENAS.pdf. Acesso em: 2 ago. 2026.

MONTEIRO VITORELLO, C. B.; MENDES, J. F. *Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência* [recurso eletrônico], Piracicaba: FEALQ, 2023.

PEDROSO, R. dos S; ANDRADE, G; PIRES, R. H. *Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2021.

SANTOS, A. B. dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Disponível em: Antônio Bispo dos Santos - A terra dá, a terra quer-Ubu Editora (2023) (1).pdf. Acesso em 17 de out. 2025.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (org.).

História geral da África: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev.

Brasília: UNESCO, 2010. v. 1, p. 141-166.

VARELA, D.S.S, AZEVEDO, D.M.S. *Saberes e práticas fitoterápicas de médicos na estratégia saúde da família*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 273-290, maio/ago. 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/tes/a/vZNNvsqMFTXhyTFG6wczXdj/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 07 ago. de 2026.

VITORELLO, C. B. M. (org.). *Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência*. Piracicaba, SP: Universidade de São Paulo, 2023. DOI:

10.11606/9786589722496. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1102>.

Acesso em: 01 ago. 2026.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026



Para citar este texto (ABNT): DOS SANTOS, Carlos André; TIMBANE, Alexandre Antônio. Saberes tradicionais e plantas medicinais na promoção, prevenção e cura de doenças e a Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº Especial 4, p.251-269, set.2026.

To cite this text (APA): Dos Santos, Carlos André; Timbane, Alexandre Antônio. (set.2026). Saberes tradicionais e plantas medicinais na promoção, prevenção e cura de doenças e a Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (Especial 4): 251-269.